

PTELECOM BRASIL S.A.

CNPJ 02.542.040/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da "Ptelecom Brasil S.A.", submete à apreciação dos RELATÓRIOS Financeiros da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. A Administração

ATIVO	Nota	31.12.10	31.12.09	01.01.09	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	31.12.10	31.12.09	01.01.09
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.349	627	958	Fornecedores e contas a pagar	9	60	-	15
Juros sobre o capital próprio e dividendos	5	13.736	20.831	-	Impostos, taxas e contribuições	10	4.194	531	-
Total do Ativo Circulante		15.085	21.458	958	Juros sobre o capital próprio e dividendos	10	15.515	19.713	-
NÃO CIRCULANTE					Obrigações com partes relacionadas	11	-	3	24
Tributos a recuperar	7	5.671	4.879	6.816	Total do passivo circulante		19.776	20.247	39
Depósitos judiciais	6	19.273	8.452	8.452	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Investimentos	8	318.793	298.871	350.975	Capital social	12	287.797	332.677	2.641.087
Total do Ativo não Circulante		343.737	312.202	366.243	Reservas de lucro	12	5.563	2.296	-
Total do Ativo		358.822	333.660	367.201	Dividendos complementares propostos	12	45.686	23.374	-
					Prejuízos acumulados	12	-	(44.934)	(2.273.925)
					Total do patrimônio líquido		339.046	313.413	367.162
					Total do passivo e patrimônio líquido		358.822	333.660	367.201

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reserva de Lucro	Dividendos Complementares Propostos	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2009	2.641.087	-	(2.273.925)	367.162
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados - AGE 22.06.09	(2.269.160)	-	2.269.160	-
Redução de capital por excesso - AGE 22.06.09	(39.250)	-	-	(39.250)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos em investida	-	-	353	353
Incentivos fiscais em investida	-	-	281	281
Efeito de outros resultados abrangentes em investida	-	-	(194)	(194)
Lucro líquido do exercício	-	-	5.299	5.299
Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício:				
Reserva Legal	2.296	-	(2.296)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(3.502)	(3.502)
Dividendos	-	-	(16.736)	(16.736)
Dividendos complementares propostos	-	23.374	(23.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	332.677	2.296	(44.934)	313.413
Dividendos complementares de 2009	-	-	-	(23.374)
Efeito de ajuste de DPIJ de 2009 em investida	-	-	54	54
Efeito de outros resultados abrangentes em investida	-	-	(116)	(116)
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados - AGE 30.12.10	(44.880)	-	44.880	-
Lucro líquido do exercício	-	-	65.334	65.334
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:				
Reserva legal	3.267	-	(3.267)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(5.000)	(5.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(11.265)	(11.265)
Dividendos complementares propostos	-	45.686	(45.686)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	287.797	5.563	-	339.046

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) **Juros sobre o capital próprio e dividendos**
d.1) **Juros sobre o capital próprio**
Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares aos dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia decidiu pagar os juros para seus acionistas, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (nota 12) e, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionou o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras anuais, a Companhia reverteu a referida despesa em contrapartida de um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

d.2) **Dividendos**
Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2010 como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os dividendos em excesso ao mínimo obrigatório relativos ao exercício de 2009 foram reconhecidos como ajuste para adoção inicial dos CPCs na demonstração das mutações do patrimônio líquido e foram revertidos da conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial de 2009, onde estavam originalmente apresentados, de acordo com as regras anteriores.

e) **Instrumentos financeiros**
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. No momento do reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes; e os passivos financeiros são classificados como passivo financeiro a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, outros passivos financeiros ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são lançados diretamente no resultado do exercício.

A Companhia possui apenas caixa e equivalentes de caixa como ativos financeiros registrados. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os fornecedores e as contas a pagar, classificados como outros passivos financeiros. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

f) **Outros ativos e passivos**
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

h) **Receitas e despesas financeiras**
Representam juros decorrentes de aplicações financeiras e de outros ativos monetários, os quais são reconhecidos segundo o regime de competência.

i) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**
A Companhia é localizada e opera integralmente no Brasil. A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

j) **Adoção Inicial dos Fluxos de Caixa**
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

k) **Demonstrações de Fluxos de Caixa**
As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

3.1 **Fundamentação da adoção inicial dos CPCs 15 a 43**
Em todos os exercícios anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, normas complementares da CVM e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e alterações.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com todos os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e vigentes em 31 de dezembro de 2010. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 37 e CPC 43, conforme descrito na nota 2.

Para estas demonstrações financeiras, a data de transição considerada foi 1º de janeiro de 2009. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia na adoção de todos os CPCs emitidos até 31 de dezembro de 2010. Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 37, a Companhia analisou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa dos CPCs e concluiu que as isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no CPC 37 não são aplicáveis à Companhia.

3.2 **Reclassificações entre as práticas contábeis brasileiras vigentes até 31 de dezembro de 2009 e CPCs**
A seguir, demonstramos as principais diferenças entre as práticas contábeis atuais e as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

a) **Dividendos complementares propostos**: Pela legislação societária brasileira vigente em 31 de dezembro de 2009, as companhias podiam efetuar o reconhecimento dos dividendos propostos e ainda não aprovados na data de encerramento do exercício ou base na proposta para a destinação do lucro líquido do exercício. Para atender o disposto nos CPC 24/ICPC 8, o reconhecimento dos dividendos complementares passou a ser efetuado no momento de sua aprovação por órgãos competentes. Desta forma, a Companhia reverteu os valores dos dividendos complementares que haviam sido registrados em 31 de dezembro de 2009 e ainda não aprovados em Assembleia Geral Ordinária naquela data e mantiveram tais valores destacados no patrimônio líquido em conta de reserva de dividendos. Os referidos dividendos complementares a pagar, relativos ao exercício de 2009, foram aprovados para pagamento por Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2010. Neste momento foi revertida a reserva de dividendos e constituído o passivo.

b) **Equivalência Patrimonial**: Refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial, decorrentes dos ajustes de adoção dos CPCs na investida.

c) **Reversão de ganhos com participação acionária**: Refere-se aos efeitos da reversão dos ganhos com participação acionária decorrentes do aumento de capital ocorrido na Vivo Participações pelo processo de incorporação de ações da Telemig Celular S.A. e da Telemig Celular Participações S.A.. De acordo com os CPCs 35 e 36, as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores, passaram a ser tratadas como transações patrimoniais, com todos os efeitos registrados no patrimônio líquido, quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados.

d) **Reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados**: Em decorrência da adoção inicial dos CPCs, descritos anteriormente, a Companhia efetuou algumas reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados, conforme descritas a seguir:

- **Balanço Patrimonial - Tributos a recuperar e passivo de impostos, taxas e contribuições**: foram reclassificados valores entre o ativo circulante, ativo não circulante e passivo de impostos, taxas e contribuições e os valores de tributos pagos/retidos antecipadamente; e
- **Demonstração de resultados - Juros sobre o capital próprio e reversão**: para efeito de divulgação da demonstração de resultado, os juros sobre o capital próprio e sua reversão não estão sendo apresentados. Os ajustes provenientes da adoção inicial dos CPCs não geraram impactos significativos na classificação entre as atividades operacionais, de investimento e de financiamento na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Para facilitar o entendimento e identificação dos montantes envolvidos em cada ajuste ou reclassificação, apresentamos a seguir os quadros com os respectivos detalhes em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009.

Balancos Patrimoniais	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ATIVO		(44.934)	(4.840)		
Juros sobre o capital próprio e dividendos		(23.201)	-		
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	(23.201)	-	-	-
Tributos a recuperar		-	(75)		
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos antecipados	3.2d)	-	(75)	-	(75)
Investimentos		(21.733)	(4.765)		
Ajuste da equivalência patrimonial sobre aplicação dos CPCs em investida	3.2b)	(44.934)	(4.765)	-	-
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	23.201	-	-	-
		Em 31 de dezembro de 2009	Em 1 de janeiro de 2009		
PASSIVO		(68.308)	(75)	(4.765)	
Impostos, taxas e contribuições		-	(75)	-	
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos antecipados	3.2d)	-	(75)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos		(23.374)	-	-	
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	(23.374)	-	-	-
Patrimônio líquido		(44.934)	23.374	-	(4.765)
Ajuste da equivalência patrimonial sobre aplicação dos CPCs em investida	3.2b)	(44.934)	-	-	(4.765)
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	-	23.374	-	-

3.3 **Reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados**: Em decorrência da adoção inicial dos CPCs, descritos anteriormente, a Companhia efetuou algumas reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados, conforme descritas a seguir:

• **Balanço Patrimonial - Tributos a recuperar e passivo de impostos, taxas e contribuições**: foram reclassificados valores entre o ativo circulante, ativo não circulante e passivo de impostos, taxas e contribuições e os valores de tributos pagos/retidos antecipadamente; e

• **Demonstração de resultados - Juros sobre o capital próprio e reversão**: para efeito de divulgação da demonstração de resultado, os juros sobre o capital próprio e sua reversão não estão sendo apresentados. Os ajustes provenientes da adoção inicial dos CPCs não geraram impactos significativos na classificação entre as atividades operacionais, de investimento e de financiamento na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Para facilitar o entendimento e identificação dos montantes envolvidos em cada ajuste ou reclassificação, apresentamos a seguir os quadros com os respectivos detalhes em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009.

Balancos Patrimoniais	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ATIVO		(44.934)	(4.840)		
Juros sobre o capital próprio e dividendos		(23.201)	-		
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	(23.201)	-	-	-
Tributos a recuperar		-	(75)		
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos antecipados	3.2d)	-	(75)	-	(75)
Investimentos		(21.733)	(4.765)		
Ajuste da equivalência patrimonial sobre aplicação dos CPCs em investida	3.2b)	(44.934)	(4.765)	-	-
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	23.201	-	-	-
		Em 31 de dezembro de 2009	Em 1 de janeiro de 2009		
PASSIVO		(68.308)	(75)	(4.765)	
Impostos, taxas e contribuições		-	(75)	-	
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos antecipados	3.2d)	-	(75)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos		(23.374)	-	-	
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	(23.374)	-	-	-
Patrimônio líquido		(44.934)	23.374	-	(4.765)
Ajuste da equivalência patrimonial sobre aplicação dos CPCs em investida	3.2b)	(44.934)	-	-	(4.765)
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	-	23.374	-	-

3.4 **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa e bancos	15	11	10
Aplicações financeiras	1.349	616	948
Total	1.349	627	958

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI"), com liquidez imediata, diversificadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5. **JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS A RECEBER**
A seguir, demonstramos a movimentação dos juros sobre o capital próprio e dividendos, decorrentes da participação acionária da Companhia na Portelcom Participações S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Saldo em 01.01.09
Juros sobre o capital próprio e dividendos de 2009

	2010	2009
Saldo em 31.12.09	20.831	20.831
Dividendos complementares de 2009	23.201	23.201
Juros sobre o capital próprio e dividendos de 2009 recebidos	(44.032)	(44.032)
Juros sobre o capital próprio e dividendos de 2010	13.736	13.736
Saldo em 31.12.10	13.736	13.736

Para a demonstração de fluxo de caixa os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de investida, estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

6. **DEPÓSITOS JUDICIAIS**
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui depósito judicial que totalizava R\$19.273 (R\$8.452 em 31 de dezembro de 2009), relativo ao Mandado de Segurança impetrado visando afastar a exigência de CPFM sobre os contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central para conversão de empréstimo externo em investimento. O mandado acima aguarda julgamento das instâncias superiores. A variação entre os montantes informados em 2010 e 2009, refere-se à atualização monetária do depósito judicial.

7. **TRIBUTOS A RECUPERAR**

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.630	4.859	6.793
Imposto de renda retido na fonte	41	20	23
Total no ativo não circulante	5.671	4.879	6.816

8. **INVESTIMENTOS**
Quantidade de ações e participação societária
A Companhia detinha 1.411.260.429 ações ordinárias da Portelcom Participações S.A., representando 15,22% e 39,85% do capital total em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente. A redução da participação acionária deve-se a aumentos de capital ocorridos na investida sem o aporte de recursos da Companhia.

Informações da investida

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Patrimônio líquido	31.120	10.764	N/A
Lucro líquido	2.094.238	1.963.366	880.742
Composição e movimentação	379.925	10.764	N/A

O saldo de investimento da Companhia refere-se à participação societária na Portelcom Participações S.A. e a movimentação é como segue:

Saldo em 01.01.09
Equivalência patrimonial no lucro líquido da investida

	2010	2009
Saldo em 31.12.09	37.802	37.802
Perdas com participação acionária (a)	(29.663)	(29.663)
Redução de capital na investida (b)	(39.252)	(39.252)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos e incentivos fiscais na investida	634	634
Efeitos de outros resultados abrangentes na investida	(194)	(194)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(21.431)	(21.431)
Saldo em 31.12.09	298.871	298.871
Equivalência patrimonial no lucro líquido da investida	57.833	57.833
Incentivos fiscais na investida	54	54
Efeitos de outros resultados abrangentes na investida	(116)	(116)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(37.849)	(37.849)
Saldo em 31.12.10	318.793	318.793

(a) Inclui os ganhos e perdas com participação acionária, proporcionais à sua participação acionária, como segue: a) R\$10.104, referente aos ganhos decorrentes do aumento de capital ocorrido na investida pela

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2010	2009
Despesas gerais e administrativas		(226)	(325)
Outras despesas operacionais, líquidas		13	(29.666)
Equivalência patrimonial	8	57.833	37.802
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		57.607	

PTELECOM BRASIL S.A.

CNPJ 02.542.040/0001-90

incorporações da Tagilo Participações Ltda, Sudestecel Participações Ltda, Avista Participações Ltda e Vivo Brasil Comunicações Ltda, ocorridas em 16 de novembro de 2009; e b) R\$37.767, referente ao efeito da participação da investida no prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores pela Vivo Participações S.A. a Telemig Celular S.A. e Telemig Celular Participações S.A.. As perdas líquidas estão demonstradas na linha de "Outras despesas operacionais, líquidas" na Demonstração de Resultados.

(b) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2009, foi aprovada, a redução do capital social da Portelcom Participações S.A., nos termos do artigo 174, da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$98.500, por julgá-lo excessivo. Em decorrência desta redução do capital social, a Companhia reconheceu a redução de investimento proporcionalmente à sua participação societária.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda e contribuição social	3.433	19	-
PIS e COFINS	761	512	-
Total no passivo circulante	4.194	531	-

10. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS A PAGAR

A seguir, demonstramos os saldos a pagar de juros sobre o capital próprio e dividendos:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Brasilcel N.V.	-	19.713	-
Portelcom Participações S.A.	15.515	-	-
Total	15.515	19.713	-

A seguir, demonstramos as movimentações dos saldos a pagar de juros sobre o capital próprio e dividendos:

Saldo em 01.01.09	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos de 2009	19.713
Saldo em 31.12.09	19.713
Dividendos complementares propostos de 2009	23.374
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(43.087)
Juros sobre o capital próprio e dividendos de 2010	15.515
Saldo em 31.12.10	15.515

11. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Referem-se à prestação de serviços corporativos pela Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, repassados pelos custos efetivamente incorridos, nos montantes de R\$7 e R\$3, registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente. Os efeitos destes serviços na demonstração de resultados foram de R\$38 e R\$28 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2009, foi aprovada a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, por perdas, conforme demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, refletindo as perdas e prejuízos no valor de R\$2.269.160, sem diminuição da quantidade de ações, por não possuírem valor nominal, passando o capital social de R\$2.641.087 para R\$371.927.

Na mesma data, foi aprovada, a redução do capital social da Companhia, em termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$39.250, por julgá-lo excessivo. Em decorrência da redução de capital houve a restituição do valor à Brasilcel N.V.. Desta forma, o capital social passou de R\$371.927 para R\$332.677, sem diminuição da quantidade de ações, por não possuírem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2010, foi aprovada a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, para a absorção de prejuízos no montante de R\$44.880, sem diminuição da quantidade de ações, por não possuírem valor nominal, passando o capital social de R\$332.677 para R\$287.797.

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 era composto por 2.224.336.826 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, como segue:

Composição acionária

	Quantidade de ações	
	31.12.10	31.12.09
Telefônica S.A.	2.224.336.825	-
Brasilcel, N.V.	-	2.224.336.825
Outros	1	1
Total	2.224.336.826	2.224.336.826

b) Reserva de Lucro

b.1) Reserva Legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A partir de então, as destinações a essa reserva não são mais obrigatórias, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2010 era de R\$5.563 (R\$2.296 em 31 de dezembro de 2009).

c) Lucros (Prejuízos) Acumulados

Conforme modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os fundamentos contidos nos artigos 193 a 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava um saldo de R\$44.934 de prejuízos acumulados, em decorrência dos efeitos da adoção dos CPCs, o qual foi absorvido por redução de capital realizada em 30 de dezembro de 2009 (nota 12a).

d) Proposta da Administração para distribuição de Dividendos Complementares

Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios (incluindo juros sobre o capital próprio), a Companhia mantém nesta rubrica os montantes de R\$45.686 em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, os quais serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no primeiro semestre de 2011.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme o artigo 24 do Estatuto Social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202, I, II e III, da Lei nº 6.404/76 devem ser distribuídos como dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, com base na proposta da Diretoria Executiva contida nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	31.12.10	31.12.09
Lucro líquido do exercício (*)	65.334	45.908
Apropriação à reserva legal	(3.267)	(2.296)
Lucro líquido ajustado	62.067	43.612
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	15.515	10.903
Juros sobre o capital próprio propostos (bruto)	5.000	3.502
Imposto de renda retido na fonte	(750)	(525)
Juros sobre o capital próprio propostos (líquidos)	4.250	2.977
Dividendos propostos	11.265	16.736
Dividendos complementares a distribuir	45.686	23.374
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	61.201	43.087
Número de ações	2.224.336.826	2.224.336.826

1) Distribuição dos juros sobre o capital próprio

Juros sobre o capital próprio bruto propostos por ação (R\$)	0,002248	0,001574
Juros sobre o capital próprio líquido propostos por ação (R\$)	0,001911	0,001338
2) Distribuição dos dividendos por ação (R\$)	0,027515	0,019371

(*) O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado no quadro anterior, refere-se ao resultado antes da aplicação dos ajustes de CPCs, o qual foi utilizado para os cálculos de todas as destinações do resultado de 2009.

13. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Em 2009, as outras despesas operacionais líquidas totalizam R\$29.666 e referem-se a: perdas com participação acionária no montante de R\$29.663 (nota 8) e R\$3 referente a outras despesas operacionais. Em 2010, a Companhia não registrou montantes em outras receitas (despesas) operacionais.

14. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2010	2009
Receitas com variação monetária de depósitos judiciais	10.821	-
Receitas com operações financeiras	364	255
PIS e COFINS (a)	(563)	(370)
Despesas com operações financeiras	(228)	(150)
Total	10.394	(265)

(a) Refere-se ao PIS e a COFINS incidentes sobre os juros sobre o capital próprio recebidos da investida.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal.

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados, e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	2010	2009
Lucro do exercício antes dos tributos	68.001	7.546
Débito tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	(23.120)	(2.566)
Exclusões (adições) permanentes:		
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos tributários dos juros sobre o capital próprio	17.593	11.493
Crédito fiscal decorrente dos juros sobre o capital próprio destinados	1.700	1.360
Perdas com participação acionária (nota 8)	-	(10.085)
Ajuste de DIPJ	-	(2.247)
Outras (adições) exclusões permanentes	24	(202)
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	1.136	-
Débito tributário	(2.667)	(2.247)

A Companhia não contabilizou o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos relativamente a prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias nos montantes de R\$443.341 e R\$444.530 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade de a Companhia gerar resultados tributáveis futuros que assegurem a realização desses tributos diferidos.

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em ações tributárias no âmbito federal, na esfera administrativa, as quais aguardam julgamento, perfazendo o montante de R\$3.272 em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.937 em 31 de dezembro de 2009), que versam sobre manifestações de inconformidade decorrentes da não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição de IRPJ, COFINS, PIS e CSSL, formulados pela Companhia. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução da questão relacionada acima, cuja expectativa de perda é possível, não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento ao CPC 38.

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Valor justo

A seguir, apresentamos os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa e equivalentes de caixa			
Valor contábil	1.349	627	958
Valor justo	1.349	627	958
Fornecedores e contas a pagar			
Valor contábil	60	-	15
Valor justo	60	-	15

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os montantes de caixa e equivalentes de caixa e fornecedores e contas a pagar se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia
O principal risco de mercado que a Companhia está exposta na condução de suas atividades refere-se ao risco de liquidez, que consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.
O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para o cumprimento de seus compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Roberto Oliveira de Lima
Diretor Presidente

Cristiane Barretto Sales
Diretor Vice-Presidente

Giuliano Augusto de Melo
Contador - CRC-1MG 074.244/0-0 S/SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da

Ptelecom Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Ptelecom Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ptelecom Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
São Paulo, 09 de março de 2011



Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/0-6

Sócio - Luiz Carlos Passetti
Contador CRC 1SP144343/0-3

Sócio - Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC 1SP236947/0-3